

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: MP da Eletrobrás deverá resolver dívida com gás.....	4
Título: No PMDB, prevalece o cada um por si nas disputas estaduais	7

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Ecos da recessão	2
Título: Nota.....	3
VEÍCULO: Valor Econômico	4
Título: MP da Eletrobrás deverá resolver dívida com gás.....	4
Título: Destaques	5
Título: Copel revisa cronograma de projeto eólico no RN	5

Título: Esfiha e gasolina.....	6
Título: Neoenergia decide adiar oferta inicial de ações.....	6
Título: No PMDB, prevalece o cada um por si nas disputas estaduais	7

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: George Vidor

Título: Ecos da recessão

Até os segmentos de tecnologia da informação dispensaram pessoal. No Rio, a esperança está de novo no petróleo.

O longo período de recessão não poupou ninguém na economia brasileira, nem mesmo em áreas nas quais se imaginava que as empresas continuariam a investir, para reduzir custos e buscar mais eficiência. Este ano, com números até agosto, as demissões superaram as admissões com carteira assinada entre os profissionais voltados para a tecnologia de informação (computadores, software, manutenção, help desk etc.). Foram menos 983 empregos. Mas isso em um universo de mais de 600 mil empregados, dos quais cerca de um terço alocado em empresas totalmente dedicadas ao software e a serviços de informática.

Considerando-se apenas essas empresas, as admissões superaram as demissões em quase duas mil pessoas. São Paulo está reagindo mais rápido, com saldos positivos, enquanto o Rio de Janeiro continua no vermelho. O Rio ainda se ressentido da forte retração ocorrida na indústria do petróleo. Com a atividade de exploração meio paralisada, não há dados de pesquisas para serem interpretados ou simulados nos computadores. Sem encomendas de novos equipamentos sofisticados, não há software a ser desenvolvido ou instalado. Assim, o impacto negativo da indústria do petróleo acabou se espalhando por toda a atividade da tecnologia de informação no Rio.

A última rodada de licitações realizada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) foi um sopro de esperança não apenas para a indústrias, mas também para todos os serviços que a acompanham, entre os quais a tecnologia da informação. Pelo percentual de blocos arrematados (13%), a rodada poderia ser classificada como um fracasso. Como diria Paulinho da Viola, porém, não o foi, em razão de uma aposta ousada que a Petrobras e a Exxon Mobil, associadas meio a meio, resolveram fazer na velha conhecida Bacia de Campos.

É uma aposta e tanto, pois talvez consigam descobrir alguma extensão do pré-sal, ou mesmo no pós-sal, já que as características dos blocos se assemelham às de Marlim, que ainda é, disparado, o campeão de produção no Brasil (será superado possivelmente pelos campos do pré-sal, mas, até lá, mantém-se como líder incontestável). A Exxon ficou de fora por muito tempo da atividade de exploração de petróleo no Brasil. Foi infeliz na Bacia de Santos, pois arrematou o único bloco que até agora se mostrou seco no pré-sal.

No entanto, a maior companhia petrolífera do Ocidente é conhecida por não pregar prego sem estopa. Prioriza a rentabilidade dos investimentos. Não voltaria ao Brasil apenas por vir se não vislumbrasse boas perspectivas nessa área da Bacia de Campos.

E este mês de outubro haverá licitações específicas para o pré-sal. A primeira envolvendo campos contíguos a blocos que já estão em produção. E a segunda em áreas novas, não só na Bacia de Santos, mas também na de Campos (Alto de Cabo Frio, por exemplo). Desculpem a falta de modéstia, mas a coluna cantou essa pedra para os leitores semanas atrás. As duas licitações serão pelo regime de partilha, pelo qual sairão vencedores as empresas ou os consórcios que se dispuserem a entregar ao governo a maior parcela de petróleo que vier a ser extraído, tal como acontecerá brevemente no campo de Libra.

As chamadas majors, que são as grandes companhias petrolíferas, devem entrar com apetite nos leilões, porque desta vez haverá, de fato, competição. No de Libra, só um consórcio se habilitou. E o motivo é que as regras anteriores desestimulavam os investidores. Eram obrigados a aceitar a Petrobras como sócia e operadora do campo. A lei ainda permite que a Petrobras tenha preferência sobre os blocos que serão agora licitados. A companhia já se manifestou em relação a apenas três. Nos demais, possivelmente haverá novidades.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Até outro dia

A Petrobras e a BTG, sua sócia em campos da Nigéria, estão a um passo de passar adiante seus ativos no país africano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: MP da Eletrobrás deverá resolver dívida com gás**

O governo estuda incluir na Medida Provisória que tratará da desestatização da Eletrobrás uma solução ao impasse relativo às despesas bilionárias da estatal com a compra de gás natural, segundo duas fontes com conhecimento do assunto. O insumo é usado na geração de energia no Amazonas. Na prática, a ideia é pacificar a questão, o que daria condições para a privatização da Amazonas Distribuidora de Energia e para a pulverização do controle da holding.

"Esse assunto pode ser incluído na MP da Eletrobrás", afirmou uma fonte ao **Valor**. Não foram dados detalhes sobre o que pode ser incluído na MP para solucionar o problema. A medida, porém, colocaria uma "pá de cal" no embate entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de um lado, e a Eletrobrás e o ministério de Minas e Energia (MME), de outro, com relação às contas da estatal elétrica relativa à Conta de Consumo de Combustível (CCC).

Segundo uma das fontes, a Aneel não acatou decisão da Justiça que entende que o custo relativo à infraestrutura construída para transportar o gás natural no Amazonas não pode ser cobrado da Eletrobrás, por se tratar de um investimento inserido em uma política energética governamental. "Não há dúvida de que aquilo [construção da infraestrutura de gás] é uma política governamental. Pela lógica empresarial, o gasoduto nunca teria saído do papel".

Relatório de fiscalização recente da Aneel determinou que a Amazonas Distribuidora de Energia, subsidiária integral da Eletrobrás, deve ressarcir em R\$ 3 bilhões a CCC. Essa conta considera que a distribuidora é responsável pelas cláusulas de "ship or pay" e "take or pay" do contrato de fornecimento de gás, o que contraria o entendimento da estatal, do MME e da Justiça. A Eletrobrás diz ter a receber R\$ 2 bilhões da CCC.

No fim de março, a dívida total da estatal elétrica com a Petrobras somava R\$ 16,7 bilhões. Desse montante, um valor de R\$ 10,1 bilhões já foi objeto de dois contratos para repactuação. Os R\$ 6,6 bilhões restantes estão em negociação.

Do valor em aberto, a Eletrobrás espera contar com recursos da CCC de cerca de R\$ 3,5 bilhões.

A expectativa do governo é que a negociação seja concluída ainda este ano. "As duas empresas têm consciência que querem resolver o problema e que, para resolver isso, é preciso ter algum tipo de espaço de negociação. Esse espaço já está acontecendo e eu confio que até o fim do ano a gente consiga resolver isso", afirmou o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, no fim de setembro, no Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Rosneft em Cuba

A gigante do petróleo russo Rosneft informou, no sábado, que esta buscando expandir a cooperação com Cuba e que seu CEO, Igor Sechin, havia discutido o assunto com uma delegação visitante que incluía Alfredo Lopez, ministro de Energia cubano. Segundo informou a Reuters, a Rússia já fornece petróleo e derivados de petróleo à Cuba, e a Rosneft disse em um comunicado que ambas as partes discutiram entregas maiores, projetos de extração conjunta e uma possível cooperação para modernizar a refinaria de Cuba em Cienfuegos. No início deste ano, ainda segundo a Reuters, a Rússia começou a enviar grandes quantidades de petróleo para Cuba pela primeira vez neste século, disseram fontes em maio, uma vez que as remessas da quebrada Venezuela diminuíram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Copel revisa cronograma de projeto eólico no RN

A Copel postergou em oito meses a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Cutia. Em fato relevante, a empresa informa que a inauguração, prevista para este mês, ocorrerá em junho de 2018. As causas para a revisão do cronograma não foram reveladas.

O Complexo Eólico Cutia está localizado no Rio Grande do Norte e possui 180,6 MW de capacidade instalada total e 71,4 MW médios de garantia física.

No documento, a Copel ressalta que o complexo teve sua energia comercializada no leilão de reserva em 2014, ao preço médio de R\$ 174,36/MWh e início de suprimento previsto para 1º de outubro deste ano. A companhia diz ainda que a receita prevista para o período de 1º de outubro até a entrada em operação de cada unidade geradora ficará retida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Esfiha e gasolina

Mais conhecida por suas esfihas, a rede de fast food Habib's está entrando no ramo de venda de combustíveis. A empresa, com faturamento estimado de R\$ 2 bilhões ao ano, inaugurou em São Paulo, na sexta-feira, a primeira unidade do Posto H. O investimento é de R 2,5 milhões e o local contará também com um loja da Habib's, em tamanho reduzido, e um restaurante do Ragazzo, que pertence ao mesmo grupo. O cliente pode abastecer seu veículo, fazer o pedido na conveniência e retirá-lo, sem sair do carro. No primeiro Posto H, a expectativa é vender 600 mil litros de combustível por mês. O abastecimento do combustível será feito pela Petrobras Distribuidora. No início de 2018, o grupo Habib's pretende abrir esse modelo de negócio para franquias. O plano de expansão do grupo prevê, até 2020, a abertura de 30 unidades em todo o Brasil, preferencialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. As informações são da Agência O Globo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mandl, Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Neoenergia decide adiar oferta inicial de ações

A companhia elétrica Neoenergia decidiu adiar a realização de sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) depois que investidores atribuíram à empresa um valor menor do que aquele esperado por seus acionistas, segundo o **Valor** apurou.

A espanhola Iberdrola, o Banco do Brasil (BB) e a Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB) - sócios da Neoenergia - estimavam um valor de mercado de cerca de R\$ 20 bilhões para a elétrica. No entanto, sondagens preliminares com investidores (processo conhecido como "pilot fishing") apontaram para uma avaliação menor, de algo em torno de R\$ 15 bilhões.

Isso não significa, porém, que a Neoenergia desistiu de estreitar na bolsa de valores, algo que estava anteriormente previsto para acontecer no fim deste mês. O processo deve ser retomado quando a companhia divulgar os números do terceiro trimestre. Portanto, o IPO deve ficar mais para o fim do ano.

A possibilidade de adiamento da oferta de ações da Neoenergia foi antecipada na quinta-feira pelo **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**.

Nem todos os acionistas da companhia concordam com o adiamento, segundo o **Valor** apurou. Para alguns, a Neoenergia pode perder uma boa oportunidade. Com a transferência de data, o IPO da Neoenergia deve coincidir com a abertura de capital da BR Distribuidora, o que pode criar uma competição pelo bolso - e até pela atenção - dos investidores.

Procurada pela reportagem, a Neoenergia não comentou o assunto por estar em período de silêncio por conta da oferta.

O IPO da Neoenergia tem como objetivo dar liquidez para dois de seus acionistas minoritários, o Banco do Brasil e a Previ. A empresa é controlada pela Iberdrola, que detém 52,45% das ações. Apesar de a Previ não ter uma necessidade imediata de vender suas ações, a fundação tem procurado criar portas de saída para seus investimentos.

A Neoenergia também aproveitará o IPO para vender novas ações e obter recursos para investir na área de geração de energia.

Divergências entre os valores atribuídos por investidores e sócios de empresas candidatas a IPO têm sido bastante comuns neste ano. Eneva, Movida, Omega e Camil tiveram de reduzir o preço das ações colocadas à venda para conseguir concluir suas ofertas iniciais. Já duas outras companhias - Tivit e Unidas - optaram por cancelar seus IPOs. **(Colaborou Juliana Schincariol)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Fernando Taquari e Ricardo Mendonça | De São Paulo

Título: No PMDB, prevalece o cada um por si nas disputas estaduais

Maior partido do Brasil em número de filiados (2,4 milhões), o PMDB acumula hoje a Presidência da República, as maiores bancadas da Câmara (61) e do Senado (22) e o maior número de Estados da federação sob seu comando (sete). Tamaña concentração de poder não foi o bastante para unir os caciques pemedebistas em torno de um projeto nacional. A um ano da eleição e a exemplo de disputas anteriores, a sigla não tem um candidato próprio à

sucessão do presidente Michel Temer. Nos Estados, um dos focos de 2018, ao lado da eleição legislativa, prevalece a lógica de cada um por si.

Na condição de presidente do PMDB, o senador Romero Jucá (RR) tem rodado o país nos últimos meses com a incumbência de costurar acordos e consolidar as candidaturas a governador do partido, ainda que muitos dos postulantes não façam parte do grupo político de Temer e nem tenham o interesse de associar a própria imagem ao presidente, que bate recorde de impopularidade. Não é difícil imaginar que o estigma de "candidato de Temer" funcione como uma âncora para seus correligionários. Mesmo assim, Jucá tem sido relativamente bem sucedido em sua missão.

Além dos quatro governadores pemedebistas que podem concorrer à reeleição, o partido dispõe até o momento de pelo menos outros 16 pré-candidatos, sendo que em alguns Estados há mais de um nome cotado. E se depender do senador, esse número vai aumentar nos próximos meses. Em um encontro com prefeitos do PMDB do Piauí, em agosto, Jucá adiantou a estratégia do partido para 2018: eleger o maior número de governadores possíveis e assim pavimentar o caminho da sigla de volta ao Planalto em 2022.

"Nós queremos ter uma candidatura própria à Presidência da República em 2022. Para que isso aconteça, é fundamental que a gente possa [em 2018] disputar e ganhar o maior número possível de governos estaduais. Essa será uma prioridade do partido", declarou Jucá aos prefeitos.

Apesar do esforço do senador, à primeira vista, essa tarefa não será tão fácil, a começar por dois dos principais Estados comandados, atualmente, pelo PMDB. No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, Luiz Fernando Pezão e José Ivo Sartori, respectivamente, são alvos frequentes de protestos em meio a um cenário de crise fiscal que levou a um corte severo de gastos públicos e colocou os servidores em rota de colisão com os dois governadores.

No Rio, o partido ainda busca um sucessor para Pezão, que não pode disputar a reeleição. O ex-prefeito Eduardo Paes (PMDB) é uma possibilidade, embora já tenha sido sondado por outras legendas e seja investigado pela Lava-Jato. No caso do Rio Grande do Sul, ainda tem um outro agravante. Desde a redemocratização, nenhum governador gaúcho conseguiu se reeleger.

No Espírito Santo, o governador Paulo Hartung, que ainda não decidiu se concorrerá à reeleição ou tentará alçar voos mais altos, está de malas prontas para deixar o PMDB. Nos últimos tempos, ele se reuniu com lideranças do PSDB, DEM e PSB. Sem a possibilidade de contar com Hartung, os pemedebistas cogitam lançar a senadora Rose de Freitas.

Os outros Estados onde o PMDB disputa a reeleição são em Tocantins, com Marcelo Miranda, e Alagoas, com Renan Filho, que ensaia uma aliança com os petistas e o apoio a uma eventual candidatura ao Planalto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O governador alagoano, filho do senador Renan Calheiros (PMDB) - que se notabilizou nos últimos tempos pelos ataques a Temer - não deve ser o único representante pemedebista na corrida estadual com perfil de oposição ao governo federal. No Paraná, especula-se que o ex-governador e senador Roberto Requião, outro crítico das políticas macroeconômicas do presidente, seja candidato com o apoio do PT.

Em São Paulo, no maior colégio eleitoral do país, o PMDB aposta no presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que já disputou o cargo, sem sucesso, nas últimas duas eleições, sendo a primeira, em 2010, filiado ao PSB. O recall e as propagandas institucionais do Sesi-SP, que foram ao ar recentemente e enaltecem seus serviços na área da educação, podem ajudá-lo a alavancar sua pré-candidatura.

Já em Minas Gerais as lideranças pemedebistas estão divididas entre o deputado Rodrigo Pacheco, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, e o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Adalclever Lopes, apontado como um nome ligado aos petistas e ao governador mineiro, Fernando Pimentel (PT).

Em cinco Estados (Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte), o PMDB não tem por ora nenhum pré-candidato. Em Pernambuco e Mato Grosso, a sigla tenta atrair lideranças do PSB que possam encampar uma candidatura própria. **O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, pode concorrer ao governo pernambucano e Mauro Mendes, ex-prefeito de Cuiabá, ao governo mato-grossense.**

Além deles, são pré-candidatos o senador Eduardo Braga (Amazonas), o vice-governador Livaldo Chagas (Sergipe), o ex-vice-governador Tadeu Filippelli (Distrito Federal), os ex-governadores Roseana Sarney (Maranhão), André Puccinelli (Mato Grosso do Sul) e José Maranhão (Paraíba), o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho (Pará), o ex-ministro João Henrique Sousa (Piauí), os deputados federais Daniel Vilela (Goiás) e Mauro Mariani (Santa Catarina), a prefeita de Boa Vista, Teresa Surita, e o deputado estadual Mauro de Carvalho (Rondônia).